



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 22 - Nº 405 - DE 06 A 20 DE FEVEREIRO DE 2011 - R\$ 3,00



Viva o levante popular no Egito!
Abaixo a ditadura pró-imperialista
de Hosni Mubarak
Por um governo operário e camponês
que exproprie a burguesia e expulse
o imperialismo!



MANIFESTO DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

Viva o levante popular no Egito! Abaixo a ditadura pró-imperialista de Hosni Mubarak Por um governo operário e camponês que exproprie a burguesia e expulse o imperialismo!

As massas pobres e oprimidas tomaram conta do País. À frente delas, milhares e milhares de jovens desempregados e mergulhados na pobreza. A bandeira dos explorados: “abaixo o governo”. A classe operária, os camponeses e a classe média arruinada se levantaram e se levantam para pôr um basta à ditadura de Mubarak, aristocrática, corrupta e subordinada aos Estados Unidos.

A violência policial, o toque de recolher, a ocupação militar das ruas, centenas de prisões e uma centena de mortos não arrancaram as massas insurretas das ruas. Tremenda força social vem das profundezas da economia, das divisões de classes, da dominação imperialista e de um Estado burguês apodrecido.

Manifestam-se as leis da história sob as relações capitalistas de exploração e de opressão. As massas saqueadas e controladas pela ditadura de classe da burguesia egípcia irrompem com a bandeira democrática de fim de trinta anos de governo totalitário, oligárquico e entreguista.

Os porta-vozes da ordem capitalista, movidos pela imprensa internacional, querem fazer crer que se trata de um milagre da internet e de uma juventude rebelde. O chamado à população que se manifestasse em “um dia de revolta contra a corrupção, injustiça, desemprego e tortura” serviu de estopim ao vasto descontentamento e ódio das massas ao governo dinástico e servil aos Estados Unidos.

A confluência de forças das classes exploradas e das camadas sociais mais pisoteadas indica que fermentavam no seio das massas as tendências instintivas de revolta. O regime político de Mubarak sobrevivia às custas de brutal repressão à insubordinação dos explorados, inclusive à política burguesa opositora.

Tudo indica ser correta a informação de que não houve uma força política que organizasse o levante ou que estivesse presente na eclosão do movimento na terça-feira, de 25 de janeiro. A oposição oportunista correu atrás dos acontecimentos. É o caso do principal partido de oposição, Irmandade Mulçumana. O dissidente Mohamed El-Baradei voltou às pressas ao Egito para organizar uma saída burguesa e pró-imperialista no caso das massas resistirem à violência reacionária e porem abaixo o governo. Espera-se dar a mesma sorte ao levante democrático no Egito que teve o da Tunísia.

A burguesia egípcia e o imperialismo contam com a ausência da direção revolucionária, ou seja, de um partido marxista-leninista-trotskista capaz de levar até o fim a luta democrática transformando-a em socialista, comunista. Estabeleceu-se um cerco internacional à marcha revolucionária das massas egípcias. O



As massas exigem a saída imediata do governo Mubarak

imperialismo admite que o levante foi inevitável diante de um governo avesso a reformas liberalizantes e completamente esclerosado pela casta governante afastada da vida das massas.

Todos se viram diante da gigantesca ação direta dos explorados, método revolucionário próprio da classe operária. A questão é como dissolver sua coesão e arrefecer o seu ímpeto rumo à derrubada do governo por meio das ruas. Mubarak deu um primeiro passo para sobreviver se utilizando da poderosa força policial, muito bem financiada, treinada e aparelhada pelos Estados Unidos. O segundo foi o de pôr o exército nas ruas para garantir a Lei Marcial. O terceiro foi o de mudar a cúpula governamental e colocar na vice-presidência o chefe do serviço secreto Omar Suleiman. O quarto seria o de elevar o número de mortos a uma cifra alta.

No entanto, tudo indica que os manifestantes não pretendem deixar as ruas, principalmente depois de constatarem que o exército se mostrou cauteloso no primeiro embate. Os Estados Unidos temem que um banho de sangue leve a revolução mais adiante do esperado pela contra-revolução.

O imperialismo norte-americano está intimamente identificado com a ditadura de Mubarak. A melhor saída é que promova reformas institucionais e apresente as eleições presidenciais em um novo quadro, que não envolva a sucessão de seu filho, Gamal Mubarak, que vinha sendo preparada.

As Forças Armadas egípcias estão sob rigorosa influência do Pentágono. Um cerco brutal ao levante não seria bom, nas atuais condições mundiais, à sua política de dominação. O regime autocrático de Mubarak está esgotado. O imperialismo pode dele se desfazer, substituindo-o por uma outra fração da casta burguesa dirigente. Está aí por que se propagandeia que o exército tem a simpatia do povo, com seus heróis republicanos e com seus feitos

de guerra contra a implantação do Estado sionista. A revolta pode desfazer o governo, mas não pode desmoronar o pilar de sustentação do Estado burguês, que são as Forças Armadas.

A inexistência da direção revolucionária coloca a revolução à mercê das forças contra-revolucionárias, que combinam a repressão com a reforma pseudo-democrática. Os Estados Unidos estão falando baixinho em nome da democracia. Durante trinta anos sustentou o regime de violência contra as massas e a oposição burguesa. Não têm faltado pedidos da imprensa para que Obama convença Mubarak a ceder a um governo de transição, antes que as massas avancem na derrubada revolucionária do regime. Certamente, o imperialismo trabalha nos bastidores para que a solução do impasse esteja sob seu controle. É inconveniente que a Irmandade Muçulmana se fortaleça e tome a frente do Estado. Mas não há indicação de que o Egito possa reproduzir uma revolução como a do Irã. O fato de correr atrás do movimento revela quanto estava adaptada à legalidade do regime. Poderá servir de instrumento a uma aliança com uma fração da camarilha governante para desfazer a situação revolucionária e promover a via da transição.

O exército e a polícia estão incólumes. E as massas não puderam se apoderar das armas. Sob essas condições, a revolução ficará no meio do caminho. Não se trata tão-somente de um governo ditatorial, pró-imperialista e pró-sionista. Um governo burguês, por mais democrático que seja, manterá as massas na mais profunda opressão e não expulsará o imperialismo. É o que se verifica com a derrubada do governo na Tunísia.

O Egito necessita sofrer profundas mudanças. As reais reformas democráticas não terão como ser colocadas em prática por um governo dos capitalistas. Dos 84,5 milhões de habitantes, apenas 43% vivem na cidade. Há uma massa de camponeses que precisam das terras. As forças produtivas industriais estão em grande atraso. A renda per capita de 2.070 dólares reflete o arcaísmo econômico. Não por acaso, a taxa de analfabetismo, entre 1999 e 2007, alcançava a enorme proporção de 33,6% da população. E 23% ganham até 2 dólares por dia. O desemprego entre a juventude constitui também um dos sérios problemas. Estão aí algumas das razões principais do Egito não ter alcançado a democracia burguesa e o Estado ser dominado por uma casta, da qual faz parte a cúpula militar e policial.

Os egípcios viveram sob o regime monárquico de 1922, data de sua independência do imperialismo inglês, até 1952, quando um golpe militar liderado por Gamal Abdel Nasser proclamou



Dia e noite as massas estão nas ruas



Manifestações atingem cidades como Alexandria (foto) e Suez

a República. O nacionalismo e o reformismo de Nasser tiveram fôlego curto. A raquítica burguesia egípcia não foi capaz de fazer frente ao imperialismo e ao movimento sionista. A derrota da iniciativa, em fins dos anos 50, de colocar o Canal de Suez sob seu controle marcou a impotência do nacionalismo, bem como o fracasso da tentativa de unificação com a Síria. A vitória militar de Israel em 1973 contra a Síria e Egito determina a virada para posições francamente pró-imperialistas, ainda no governo nacionalista de Anwar Sadat, assassinado em 1981.

O governo de Mubarak resulta desse processo. Soterra o nacionalismo e se curva perante a política norte-americana para o Oriente Médio, fortalecida no pós-guerra. A esperança das massas insurretas de se livrarem do governo de Mubarak é progressista. Mas não resolverão os problemas nacionais e sociais que se arrastaram tanto sob o nacionalismo de Nasser quanto sob o entreguismo de Mubarak.

O pujante movimento revolucionário de 25 de janeiro expressa a crise de direção mundial do proletariado, provocada pela destruição da III Internacional pelo estalinismo e pelo retrocesso restauracionista na ex-União Soviética. É falso que se trata de um levante popular porque não conta com lideranças. É popular porque uniu a população oprimida contra o governo. O fundamental está que o movimento popular de massa não poderá desmoronar o regime político da burguesia sem que esteja sob a direção da classe operária. Essa tarefa histórica depende do partido unido do programa de transformação da revolução democrática em socialista.

A estratégia do proletariado para se livrar do regime de opressão social e nacional representado pelo autocrata Mubarak é o da constituição de um governo operário e camponês, expressão da revolução e ditadura proletárias. *Sob um governo operário e camponês, a revolução que começa democrática concluirá em socialista. Tarefas como a emancipação do Egito do imperialismo, entrega das terras aos camponeses, emprego a todos, fim do analfabetismo etc. serão colocadas em prática concomitantemente com a expropriação do grande capital e estabelecimento do controle operário da produção.* Caso não se resolva a crise de direção, a burguesia, unida a setores da pequena burguesia, desviará o curso histórico do levante popular.

Viva a revolução no Egito!

30 de janeiro de 2011

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

Tunísia abre o caminho revolucionário

Em meados de dezembro, na Tunísia, eclodiu um movimento de massa pelo fim da ditadura de Zine AL-Abidine Bem Ali. Durante quase um mês, nas ruas de Túnis, capital do País, desenvolveu-se violentos confrontos da polícia com os manifestantes. Apesar das mortes, dos feridos e das prisões, as massas resistiram aos ataques da força de repressão.

No dia 14 de janeiro, Ben Ali abandonou o posto de chefe supremo do Estado. Apoiado e protegido pela camarilha do partido Reunião Constitucional Democrática e dos agentes governamentais, o ditador abandonou a Tunísia, levando consigo uma tonelada e meia de ouro. O bandido que serviu aos interesses da burguesia tunisiana e das potências imperialistas não poderia ser arrancado do poder pelas massas empobrecidas, desempregadas e famintas sem que respondesse com o saque da Nação.

O levante popular, no entanto, não contou com uma direção revolucionária, que expressasse o programa de ruptura com o imperialismo, de independência nacional de transformação da grande propriedade capitalista em propriedade social. As reivindicações democráticas em torno do fim da ditadura corrupta de Bem Ali e eleições livres impuseram limite ao movimento.

Assim que o Presidente, que comandou a política burguesa por 23 anos, fugiu, assumiu o primeiro ministro Mohamed Ghannouchi. Para aplacar o ímpeto revolucionário das massas, declarou-se apenas governo interino, cujo objetivo é o de “restaurar a estabilidade”. A manobra não teve o êxito esperado. A rejeição a Ghannouchi foi prontamente defendida nas ruas conflagradas. Mas sem o partido revolucionário não havia como derrubar de conjunto o regime político.

A solução do impasse continuou nas mãos dos partidos da burguesia. Se não era o primeiro ministro a assumir a chefia do Estado, que fosse então Fouad Mebazza, presidente da Câmara dos Deputados. Com a promessa de eleições limpas e de democracia representativa, permaneceu no poder do Estado a mesma casta de políticos da Reunião Constitucional Democrática e da oposição consentida, agrupada pelo Partido da Unidade Popular e pelo Movimento dos Democratas Socialistas.

As massas permaneceram descontentes, vendo que não houve o desmoronamento completo do regime que impôs à Tunísia a submissão ao imperialismo e que resultou em insuportável alta do custo de vida à maioria. O que não foi suficiente para avançar o combate, depois de um mês de enfrentamento diário com a repressão.

Certamente, os combatentes de linha de frente devem ter sentido a necessidade de uma direção distinta dos partidos burgueses. Mas não se improvisa um partido que encarne as tendências mais profundas da revolução e das leis da história.

As três alternativas apresentadas pelos analistas burgueses era a de se implantar uma ditadura militar, ceder o poder ao obscurantista movimento islâmico ou estabelecer a democracia eleitoral. Na realidade, para manter o Estado e a sociedade capitalista, essas possibilidades não se excluem.

O imperialismo – tendo à frente os Estados Unidos e a França

que colonizou a Tunísia de 1881 a 1956 –, das três alternativas, não quer a ascensão dos islâmicos apegados ao nacionalismo árabe. Diferentemente de outros países também de predominância muçulmana, a Tunísia não aplica as leis da religião a todo custo. É considerado como o mais liberal. Esse fato não ameniza a apreensão dos Estados Unidos, que mantinham sob suas rédeas o governo de Bem Ali. Está aí por que se organiza uma solução de governo eleito e controlado pela casta política que se estruturou desde a adoção da República, proclamada um ano depois da independência, e que se consolidou depois do golpe de Estado desfechado por Ben Ali, em 1987.

Desativado o impulso revolucionário dos explorados, as forças burguesas internas e o imperialismo trabalham por bloquear o movimento democrático e canalizá-lo para as instituições do Estado burguês. Os motivos que desencadearam a luta permanecem. Tudo indica que nenhuma das variantes de regime vai resolvê-los.

A alta do custo de vida e o desemprego na Tunísia expressam a tendência de crise mundial do capitalismo. Por meio da democracia burguesa, não se fará senão ludibriar as massas, alimentar as ilusões na classe média e sacrificar as camadas mais pobres. O problema para os explorados que pagaram com vidas a expulsão de Bem Ali é o de resolver a crise de direção. Ou seja, estão diante da tarefa de construir o partido revolucionário.

Egito sob o levante das massas A oposição burguesa e oportunista prepara a traição

Assim que as massas se confrontaram com o governo de Muhammad Hosni Mubarak, saudamos o vigor revolucionário dos explorados (ver o Manifesto abaixo). É evidente a influência dos acontecimentos na Tunísia sobre o Egito. A imprensa tem assinalado o parentesco do regime político que fraudas as eleições, persegue opositores, impede a liberdade sindical, pratica a tortura e perpetua um presidente ditador. A essas características há que acrescentar traços essenciais como a brutal exploração da classe operária e a opressão sobre a classe média urbana e sobre os camponeses.

Ben Ali e Mubarak edificaram seus regimes autocráticos, mascarados pelo parlamento e por eleições periódicas, sobre as costas da maioria oprimida e sobre a economia direcionada para os interesses do capital imperialista. Ambos os governos



Ataque fascista contra a manifestação de massa no Egito

desenvolveram uma política de penetração dos Estados Unidos no norte da África e no Oriente Médio. As alianças pró-imperialistas serviram e servem para bloquear o nacionalismo árabe, turco, sírio e persa.

Os Estados Unidos, pródigos em manipular a bandeira dos direitos humanos para os nacionalistas adversários, sustentam ditaduras sob fachadas republicanas. É o caso, entre outros, de Ali Mubarak, conhecido por governar com o terror do Estado.

O levante que vem se manifestando nas principais cidades do Egito desde o dia 25 de janeiro não seria possível sem que as massas não cultivassem o ódio à política antipopular e antinacional do governo fantoche de Mubarak/Suleiman. A ampla resistência à repressão policial que vitimou mais de uma centena de manifestantes indica que as relações de exploração do trabalho, a concentração de riquezas e a miséria vieram à tona encarnadas pelas massas. Entraram em choque aberto com o regime político.

O fundamental da revolução na Tunísia se coloca também para o Egito: as massas não contam com o partido revolucionário. A burguesia e o imperialismo se valem desse fator histórico decisivo a seu favor. Mesmo assim, Mubarak se mostra renitente em deixar o poder.

Os Estados Unidos manobram com o conselho ao seu aliado de ouvir o clamor do povo pela democracia e iniciar uma transição pacífica. Clama para que o exército exerça o papel estabilizador e hipocritamente exorta que evite o derramamento de sangue. É como se já não houvesse mais de cento e cinquenta mortos.

No segundo dia de manifestação, 26/01, estudantes e populares não acataram a proibição governamental, espalharam a luta no Cairo, Alexandria e Suez, resistiram ao cerco policial, montaram trincheiras e saíram em passeatas. Na sexta-feira, 28/01, o País parou e foi tomado por gigantescas manifestações. No domingo, a Praça Tahrir, permaneceu sob o controle popular, embora tanques de guerra a ela tenham adentrado. Na terça, 1/02, a manifestação convocada como demonstração de força das massas sitiou Cairo.

O exército mantém-se ostensivo nas ruas, mas não recebeu ordens de abrir fogo contra a população. Provavelmente, há divisões e dúvidas quanto ao destino do governo Mubarak/Suleiman. O imperialismo, por sua vez, receia que a violência reacionária não seja, no momento, a boa parteira do impasse político. Esse compasso de espera alimenta a perigosa esperança de que as Forças Armadas não serão usadas contra a insurgência.

Denúncias alarmistas de que as manifestações derivavam em saques e depredações de instituições públicas vieram acompanhadas do incentivo a se formar milícias de proteção às propriedades. No dia 2 de fevereiro, um bando organizado pelo governo adentrou a Praça Tahrir para quebrar pela violência a disposição revolucionária das massas. Evidenciou-se o método fascista. Na quinta-feira, 3/02, as milícias retomaram as ações para expulsar os manifestantes da Praça Tahrir, que reagiram arrancando pedras das ruas e pardes, transformando-as em armas de defesa.

A imprensa noticiou a arregimentação de pessoas nos bairros miseráveis em troca de pagamento para formar uma milícia de ataque. Os agentes policiais e militares do governo



As massas respondem aos ataques como podem

passaram a atuar por essa via para dar a impressão de que uma parcela do País está com Mubarak. O chefe da polícia secreta Omar Suleiman foi trazido para dentro do núcleo governamental e se tornou o homem forte do regime abalado. Sua função é a de destruir a ofensiva das massas. As milícias fascistas foram constituídas sob sua orientação.

O desarmamento da população vai mostrando os limites da revolução. A reação procurar esgotar as energias das massas em manifestações pacíficas cercadas de violência. Essa via permite aos Estados Unidos ganharem tempo para obter um acordo entre as frações da burguesia, do governo e da oposição conciliadora. Não nos parece descabida a informação de que setores da oposição tem se reunido com o governo para discutir uma saída. O que se configura em traição.

Observa-se que Obama não mexeu um só dedo para afastar Mubarak/Suleiman. Um bilhão e meio de dólares de “ajuda” ao governo, grande parte para a manutenção do numeroso exército e da polícia, é suficiente para que o Pentágono tenha ascendência sobre os generais. Obama faz o discurso da democracia e da solução pacífica, enquanto conspira junto à camarilha de Mubarak como impossibilitar que a revolução avance e desmorone o regime político montado nos últimos trinta anos.

Levanta-se o perigo da Irmandade Muçulmana, do radicalismo islâmico, do terrorismo, etc. Mas essa força social que se abriga no radicalismo religioso não está em contradição com o capitalismo e nem o coloca em perigo perante as massas empobrecidas. Pelo contrário, trata-se de uma variante utilizada pela política burguesa para desenvolver as relações capitalistas de produção – como mostra a revolução política no Irã de 1979 – e conservar a sociedade de classe.

Ocorre que a Irmandade expressa posições nacionalistas que colidem com a necessidade do expansionismo imperialista e com a particular hegemonia dos Estados Unidos. Trata-se, porém, de uma das tendências do islamismo mais adaptada à fração burguesa árabe ocidentalizada, ou seja, submetida às diretrizes do imperialismo. Está, portanto, tendente e em condições de estabelecer aliança com setores da oposição vinculados à política imperialista.

Há que insistir no fato da heróica resistência das massas carecerem da presença do partido marxista-leninista-trotskyista. Somente a estratégia da revolução proletária pode tornar a revolta popular vitoriosa. Sabemos que não se improvisa o partido proletário. Mas também sabemos que a necessidade leva a vanguarda a procurar a solução.

O problema não está em somente derrubar o governo dita-

torial, servil a Washington e esfomeador, mas em desmoronar o poder da burguesia. Estabelecer um novo governo com as mesmas forças do oficialismo e da oposição resultará no estrangulamento da revolução democrática. A bandeira de eleições e de democracia para constituir um novo governo limita o movimento revolucionário e o levará à impotência. Essa é a estratégia do imperialismo. A ala da oposição encabeçada por Mohamed El Baradei já trabalha por essa diretriz. Está em preparo, sem dúvida, o caminho da traição.

Ao contrário, as tarefas democráticas da revolução em marcha devem estar sob a estratégia da implantação de um governo operário e camponês, que expresse o programa proletário e unifique a maioria oprimida contra a burguesia e o imperialismo.

A vanguarda mundial da classe operária deve apoiar e lutar incondicionalmente pela vitória do levante egípcio. Mas não deixar de defender o programa da revolução social. Não deixar de rechaçar a campanha burguesa e pequeno-burguesa de que existe a possibilidade de solução pacífica. Os ataques da milícia governamental aos manifestantes é um sintoma de que a revolução corre perigo, caso não reaja à altura. A resposta deve ser a constituição de piquetes armados contra os bandos fascistas.

Não há revolução proletária e popular sem que as massas recorram às armas, que se encontram nos arsenais do exército. Tarefa que depende da evolução da luta de classe e da orientação revolucionária. No momento, há sinais de que o levante corre perigo sob os ataques das milícias fascistas. É preciso avançar com o aumento da atividade das massas e com a organização da autodefesa. Viva a revolução no Egito!

Sintomas da crise mundial do capitalismo Organizar as fileiras da vanguarda sobre o Programa de Transição

Os levantes da Tunísia e do Egito refletem um descontentamento mais amplo na região do norte da África e do Oriente Médio. As manifestações de rua em vários países árabes – Argélia, Iêmen, Líbia, Jordânia, Sudão -, motivados pelos preços altos dos alimentos, pelo desemprego, pela miséria, pelas divisões internas e pela opressão política, tenderam a se chocar

com os governos. Na Jordânia, as manifestações, de 28/01, reivindicaram limitações ao poder do Rei Abdullah II e exigiram empregos. Os governos ditatoriais e corruptos passaram a ser questionados nas ruas. São sintomas de que a crise mundial obriga os explorados a se defenderem por meio da ação direta.

Recentemente, na Europa, se desencadeou um movimento grevista contra os ataques aos empregos, aos salários, à previdência e contra os governos que despenderam bilhões para salvar os negócios da burguesia. Foi o caso da Grécia, Irlanda, França, Inglaterra, Espanha, Portugal e países do Leste Europeu restauracionistas.

Na América Latina que mais lentamente vem sendo arrasada pela crise mundial, recentemente se destacou o movimento contra a alta dos preços na Bolívia, obrigando o governo a voltar atrás nas medidas antipopulares.

As contradições da crise de superprodução em desenvolvimento, objetivamente, obrigam a classe operária e os demais explorados a recorrerem aos métodos próprios da ação coletiva. Não resta dúvida que a crise que eclodiu em 2008 abriu uma nova etapa da luta de classe mundial. As massas necessitam de se defender da ofensiva do grande capital e de seus governos, como se evidencia em vários países. Situação que ressalta a crise de direção provocada pela degeneração estalinista dos partidos comunistas, pela liquidação da III Internacional e pela restauração capitalista.

Favoravelmente, as novas condições possibilitam a defesa do Programa de Transição, traduzido de acordo com a evolução das lutas. A tarefa de construir os partidos revolucionários e reconstruir a IV Internacional está sendo colocada em um patamar mais avançado. A necessidade do proletariado de recuperar o terreno perdido se chocará cada vez mais com a política colaboracionista das velhas direções, da burocracia e do centrismo.

É fundamental que a militância marxista-leninista-trotskista realize um consistente trabalho internacional de reunir forças em torno da reconstrução da IV Internacional. Evidentemente, essa tarefa parte do trabalho no seio das massas em cada país. Em nosso caso, trata-se de impulsionar a construção do POR como vanguarda do proletariado.

Manifestação em SP em defesa do povo egípcio

Ocorreu no dia 04 de fevereiro, em SP uma manifestação em defesa da luta no Egito organizada pelas comunidades árabes, com participação dos movimentos populares, sindicatos, CUT, Conlutas e partidos políticos.

O tom do ato foi a exigência da saída de Mubarak e estabelecimento da democracia no Egito, por isso gritavam “Fora Mubarak”.

A manifestação tem sua importância no sentido de elevar a consciências dos trabalhadores na defesa da solidariedade internacional.

O POR atuou com um manifesto defendendo o levante popular, afirmado que não basta tirar Mubarak, pois o fim da opressão nacional e a conquista da independência não se darão com setores de oposição que pretende canalizar a luta para as eleições, saída almejada pelos EUA. Que para pôr fim



a intervenção imperialista o povo egípcio precisará resolver a crise de direção, tarefa essa que depende da construção de um partido armado do programa da revolução socialista.

Não ao salário mínimo de fome Pelo salário mínimo vital

No final de seu governo, Lula aprovou o reajuste do salário mínimo de R\$ 510,00 para R\$ 540,00. Deixou, no entanto, a solução final para Dilma Rousseff, que, por sua vez, confirma esse valor. As Centrais sindicais reivindicam R\$ 580,00.

Qual deve ser o salário mínimo que, de fato, atenda às necessidades básicas de uma família de quatro pessoas? Essa pergunta é o ponto de partida. Qualquer assalariado pode fazer as contas de quanto precisa para a alimentação, vestuário, habitação, despesas de residência, transporte, saúde, educação e lazer.

Caso seja extremamente contido, chegará à conta de R\$ 2.227,00, que corresponde aos cálculos do Dieese para dezembro de 2010. Caso coloque as necessidades plenas, obterá R\$ 3.824,00, que corresponde ao cálculo feito por nós do Partido Operário Revolucionário (POR).

As Centrais sindicais (CUT, Força Sindical, Central Sindical e Popular-Conlutas e outras) devem convocar assembleias em todos os sindicatos para apresentarem seus cálculos e receberem os cálculos dos trabalhadores. Assim, o movimento operário pode se organizar para reivindicar um verdadeiro salário mínimo ao governo e rechaçar a miséria de Lula e Dilma.

Os burocratas sindicais não convocam as assembleias porque não querem que as massas oprimidas saiam à luta por suas necessidades reais e contra a brutal exploração do trabalho. Não querem que os assalariados se choquem com o salário mínimo favorável aos patrões decretado por Lula e seguido por Dilma.

Trabalhadores, não aceitemos nem o mínimo de R\$ 540,00, nem o de R\$ 580,00. São de miséria e perpetuam a fome de milhões! Exijamos das Centrais e sindicatos a convocação de assembleias para organizar a luta coletiva nacional pelo **SALÁRIO MÍNIMO VITAL**.

A inflação está de volta É necessária a defesa da escala móvel de reajuste

O custo de vida vem se acelerando nos últimos meses. Alimentação e transporte em alta atingem em cheio os salários da maioria. Em 2010, o índice do custo de vida calculado pelo Dieese alcançou 6,91%. O Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Getúlio Vargas, que envolve os mais pobres, chegou a 7,33%. Essa alta se deve ao aumento da carne bovina (33,9%), ao leite longa vida (25,5%), ao arroz e feijão (19,2%) e às passagens de ônibus (9,62%).

A tendência para 2011 é do custo de vida continuar subindo e também o índice inflacionário geral. A meta inflacionária de 4,5% fixada pelo governo já não pode ser cumprida.

Quem paga o aumento dos preços é a população trabalhadora que vive dos minguados salários, principalmente quem depende do salário mínimo. Os grupos capitalistas mais poderosos ganham com a subida dos preços e com eles a taxa de juros. Ocorre que a inflação provoca brutal expropriação de parte dos salários, que vão tendo seu poder de compra rebaixado.

A crise mundial do capitalismo leva a classe capitalista a aumentar a exploração do trabalho. A inflação é um sintoma da crise e um meio para os exploradores reduzirem os salários.

A máscara do “paraíso” capitalista apresentado nos últimos dez anos para os explorados começa a ruir e a mostrar sua real face de opressão, pobreza e miséria da maioria. É preciso desde já armar a classe operária e os demais explorados para enfrentar a nova situação econômica e social que se abriu com a crise mundial de 2008 e em que continua a desmoronar o capitalismo.

Coloca-se a defesa da implantação da **ESCALA MÓVEL DE REAJUSTE**. Ou seja, *que os salários sejam corrigidos automaticamente de acordo com a alta da inflação*. O **SALÁRIO MÍNIMO VITAL** tem de ser protegido pela **ESCALA MÓVEL DE REAJUSTE**. Não há outra via de proteção dos assalariados frente à exploração capitalista.

Que as Centrais rompam o acordo antioperário com o governo

Tanto Lula quanto Dilma alegam que o salário mínimo de R\$ 540,00 resulta do acordo feito com as Centrais. Estabeleceu-se que o reajuste anual se basearia na média do crescimento dos dois últimos anos mais a inflação do ano em vigor. Como o crescimento do Produto Interno Bruto foi prejudicado pela crise de meados de 2008, foi negativo (-0,6%) em 2009, e a inflação oficial chegou a 5,5%, então as Centrais deveriam acatar o que foi acordado.

Esse tipo de acordo antioperário dá nisso. Há um único critério que deve nortear os sindicatos e as Centrais: *o cálculo das necessidades vitais*. A subordinação do salário mínimo a qualquer critério da economia capitalista resulta em continuidade da exploração para os assalariados e do acúmulo de capital para a burguesia.

O governo burguês de Lula e de Dilma se acha no direito de dizer aos sindicalistas pelegos: vocês concordaram com o critério, agora acatem! Mas esse acordo não foi discutido pela classe operária. Não houve assembleias nos sindicatos para decidir. Não ocorreu um congresso de base, com ampla representação fabril, convocado pelas Centrais. O acordo foi de cúpula, entre governo, capitalistas e burocracia sindical vendida.

O Partido Operário Revolucionário vem perante a classe operária e demais explorados defender que as Centrais rompam o acordo antitrabalhador! Que convoquem as assembleias e o congresso de base! Que se organize uma campanha nacional pelo SALÁRIO MÍNIMO VITAL COM ESCALA MÓVEL DE REAJUSTE.

O método de luta da classe operária é o da ação direta

Não se pode confiar no governo da burguesia. Lula prometeu dobrar o salário mínimo em seu primeiro mandato. Não cumpriu nem nos oito anos de governo. Começou com um reajuste acelerado, uma vez que o salário mínimo estava no fundo do poço. Mas assim que atingiu um patamar, modificou o critério de reajuste de forma a rebaixar o aumento

acima da inflação.

As Centrais colaboraram para essa mudança contrária aos interesses dos assalariados. O argumento é de que o governo estava fazendo o possível. Muito mais do que fez o de Fernando H. Cardoso. Outro é o de que sequer dá para defender o salário mínimo do Dieese, porque a economia não aguenta e o governo não atenderia. Assim, um salário mínimo vital é irreal. O que caberia fazer era convencer o governo a dar aumentos a conta-gotas.

Esse é um argumento falso, antioperário e pró-capitalista. A defesa dos salários se dá por meio da correlação de forças entre os explorados e os exploradores. Ou seja, por meio da luta de classes, na qual o proletariado utiliza sua força coletiva (as greves, ocupações, manifestações etc.). Sem que use o método da ação direta, a classe operária permanece submetida à vontade soberana e ditatorial da burguesia, de seu Estado e de

seu governo.

As reivindicações dos assalariados partem das necessidades e das condições de exploração capitalista e não do que a economia aguenta ou do que a burguesia é capaz de atender. Somente a luta decide o quanto se consegue conquistar. Mas a burocracia sindical está à frente dos sindicatos e das Centrais justamente para evitar a ação direta e a organização coletiva dos explorados.

Em contraposição, o POR convoca a classe operária, os demais explorados e a juventude oprimida a levantar a bandeira de independência dos sindicatos e Centrais frente à classe capitalista e seu Estado. A defender as reivindicações que expressem as necessidades e a luta contra a exploração capitalista. E organizar o movimento sobre a base da ação direta. Por uma campanha nacional de luta em defesa do salário mínimo vital com escala móvel de reajuste!

Mais alguns passos do governo Dilma

No jornal *Massas* anterior, mostramos os primeiros passos da presidente recém-eleita rumo a posições pró-imperialistas sobre questões cruciais como a do Irã e de enterro definitivo do projeto da secretaria dos Direitos Humanos de apurar os crimes do regime militar. A caminhada para a direita foi o sinal por onde adentrará o novo governo petista.

Em matéria econômica, as medidas de Dilma Rousseff poderão surpreender pela contundência à vida das massas. Por enquanto, ainda é exibida a menor taxa de desemprego dos últimos tempos. E o consumo da classe média permanece alto. No entanto, evidencia-se o arrefecimento da atividade econômica.

Não há como manter em ascendência o endividamento da população. As pressões inflacionárias se apresentam. O comércio exterior não dá sinais de retomada. As exportações continuam concentradas em matérias-primas. Torna-se mais difícil a obtenção de superávit primário de 3,5%. A dívida interna e a externa cresceram sob o governo Lula e continuam sua marcha. Ao mesmo tempo, avança o déficit em conta corrente. A gigantesca reserva cambial, para os padrões da economia brasileira, resulta em elevado custo para o Tesouro. A invasão de dólares força a elevação do Real. Setores da burguesia industrial reclamam da “desindustrialização” do País. Exigem medidas de proteção. O capital financeiro insiste que é preciso cortar gastos do Estado. O Banco Central retomou a elevação da taxa Selic.

O impulso do crescimento no ano passado tem evitado que os desequilíbrios ganhassem força e abrissem um processo de crise. Mas tende a perder força justamente em razão das mudanças nas relações dos fatores denominados de macroeconômicos. O novo governo não tem como lançar grandes projetos, como o PAC de Lula. Pelo contrário, está obrigado a contê-los.

Com a Dívida Pública Federal alcançando R\$ 1,69 trilhão, em virtude do aumento de R\$ 867 bilhões nos anos de governo lulista, e com a previsão de chegar a R\$ 1,93 trilhão em 2011, reduz-se o espaço de manobra da política econômica de Dilma. Uma queda de preço e de volume nas cinco principais matérias-primas que comandam as exportações provocaria um tremor na economia interna. Essa possibilidade não está descartada.

O imperialismo tem-se manifestado favorável a um controle de preços, a exceção dos Estados Unidos. E tudo indica que a China – carro chefe do crescimento em meio à retração das potências – não tem como sustentar por mais tempo um Produto Interno Bruto de 10% ao ano.

A situação presente e a sua perspectiva são de reversão das tendências positivas para negativas. As contradições que foram encobertas sob o governo de Lula estão vindo à tona. É a mudança do quadro econômico que empurra o novo governo a posições direitistas, distintas da demagogia populista do caudilho Lula. Está colocada a exigência de Dilma comparecer perante o grande capital como a gerente competente que enfrentará as pressões sindicais, por mais brandas que sejam. O governo acenou que fará contenção financeira às custas dos programas que projetaram Lula e sustentaram o caudilhismo.

O salário mínimo não mais será aumentado como anteriormente. O Bolsa Família continuará, mas sofrerá alterações. A promessa de Dilma aos capitalistas de reduzir o denominado “custo Brasil” será encaminhada. O projeto de aliviar os industriais reduzindo sua contribuição à Previdência vem nesse sentido. Quem pagará por essa concessão serão os assalariados.

A burocracia sindical colaboracionista está sendo convocada para se adaptar a novos tempos. Tem de se conformar com a virada na política de “distribuição de renda”, de “inclusão social” e de “opção pelos pobres”. Está sendo chamada a mostrar a sua serventia na hora complicada da economia e da necessidade do governo atacar a vida das massas. Certamente, trata-se de um processo marcado por mudanças na economia e pela constituição de um novo governo. Não adentramos, é fato, a uma situação em que se testa a consistência da estatização dos sindicatos e das centrais. Mas caminha-se para essa possibilidade. Não podemos detectar, por enquanto, o ritmo. Parece que estamos no início de mudanças conjunturais, impulsionadas pelas contradições estruturais do capitalismo.

Há que se atuar com o programa revolucionário e com as reivindicações mais sentidas da classe operária e dos camponeses em contraposição à “nova” política do governo burguês constituído pela aliança PT/PMDB/PDT/PSB e pelo apoio arriado do PCdoB.

Bahia

Os primeiros dias do segundo governo Wagner (PT)

O primeiro governo de Jaques Wagner (PT) mostrou o fracasso histórico do reformismo de democratizar a estrutura oligárquica do Estado e de afastar as frações oligárquicas do poder político e econômico. Não só não a afastou (continua com o domínio de vários setores econômicos, inclusive da área de comunicação), como se aliou a setores da oligarquia; o governo pôs-se a serviço do empresariado e do grande capital internacional, dando subvenções, isenções etc., facilitando o avanço do grande capital via agronegócio no interior do Bahia; não atendeu às reivindicações dos trabalhadores, dos movimentos sociais urbanos (ex. MSTB) e rurais (MST), mas criou uma mesa de negociações, com o objetivo de acorrentá-los e mantê-los nos estritos limites da burocracia, do assistencialismo e das ilusões no Estado e na democracia burguesa. Assim terminou o ano de 2010.

O ano de 2011 começa com a continuidade do Governo de Jaques Wagner (PT), reeleito numa coligação de partidos (PRB, PP, PDT, PT, PSL, PHS, PSB, PCdoB), que, em comum, têm o fato de assumirem a tarefa de sustentar a democracia burguesa e a grande propriedade capitalista. Por mais que, circunstancialmente, algum desses partidos falem abstratamente em socialismo, como o PCdoB, trata-se de um partido estalinista completamente degenerado e integrado à estrutura eleitoral, parlamentar e burocrática do Estado burguês.

O fato marcante da reeleição é que Wagner dará continuidade à sua anterior administração, caracterizada por uma política assistencialista em consonância com o governo federal, pelos investimentos em obras de interesse do capital nacional e internacional (que entram no Estado), pela expansão do agronegócio, pelos benefícios de isenções e incentivos ao empresariado, enfim por colocar a máquina do Estado a serviço da proteção da propriedade privada e dos negócios capitalistas. Todo o discurso de Wagner e os fatos mostram que continuará a política econômica de socorro aos capitalistas.

Por outro lado, o governo Wagner manterá uma relação de controle, via burocracia sindical e conciliação de correntes políticas de dentro e de fora do PT, sobre os mais importantes sindicatos, movimentos sociais da cidade e do campo, abortando as iniciativas espontâneas dos trabalhadores, camponeses, ju-

ventude e funcionários públicos, engessando as organizações sindicais, semeando ilusões junto aos explorados de que suas reivindicações de emprego, terra, educação e moradia serão realizadas, mesmo que a conta-gotas.

As ilusões existentes no governo Wagner de parte dos movimentos sociais e dos trabalhadores só serão superadas pela luta. Algumas correntes (como O Trabalho) se apoiam nessas ilusões para justificar, em parte, a sua política de caça votos para Dilma/Wagner, política que, ao contrário, tem contribuído, sob uma falsa adesão ao trotskismo, para sustentar esses governos burgueses, manter o assistencialismo e a apatia, além de semear e reforçar sistematicamente essas ilusões. Para tanto, O Trabalho faz malabarismos quanto ao caráter de classe do governo Dilma/Wagner, das suas alianças com os partidos oligárquicos e burgueses, a divisão da estrutura burocrática do Estado de acordo com os interesses dos grupos econômico-políticos e todo o dinheiro público entregue aos capitalistas durante a crise.

Os revolucionários, por outro lado, defendem a independência de classe dos trabalhadores e demais explorados frente aos governos, incluídos os do PT, atuando no sentido da defesa das reivindicações mais sentidas pelas massas como emprego, salário, terra, educação e moradia. Ao contrário de defender o salário mínimo de fome que o governo de Dilma/Wagner pretende passar no Congresso de R\$ 545,00 ou a proposta igualmente de fome das centrais sindicais (CUT, FS etc.) de R\$ 580,00 avalizada por correntes petistas ditas “trotskistas”, devemos defender o salário mínimo vital, que atenda às necessidades mais elementares das massas (hoje em torno de R\$ 3.824,07) e a escala móvel de reajuste de acordo com o custo de vida; escala móvel de horas de trabalho, isto é, dividir as horas trabalhadas entre todos os trabalhadores, para que não haja nenhum desempregado; terras aos camponeses, através da ação direta (ocupações, autodefesa etc.); moradia para os explorados através da organização da luta com ocupação de terrenos e prédios; acesso da juventude oprimida a todos os níveis de ensino, estatização da rede privada de ensino, sem indenização; por um calendário de lutas discutido pelas bases.

Francisco Morato - SP

Por que a luta para barrar o aumento da tarifa é de todos?

O aumento corrói nossos salários

Grandes aumentos nas tarifas dos transportes têm acontecido na região metropolitana de São Paulo. Destacamos os aumentos dos ônibus de Francisco Morato e São Paulo e, além disso, estamos prestes a sofrer novos confiscos com o aumento da passagem do Metrô. Em relação ao aumento de São Paulo, R\$ 0,30 parece muito pouco para tanta revolta. Mas grande parte dos trabalhadores tem o transporte público como única opção diária de locomoção para atender suas atividades fundamentais, como ir ao trabalho, a consultas médicas, à procura de emprego, às compras, ao lazer, etc. Mas nossos filhos e parentes que estudam ou estão desempregados também depen-

dem de nós para isso. No fim das contas, uma boa parte de nossos salários vai parar no bolso dos capitalistas do transporte e do governo. Este aumento prejudica muito trabalhadores – empregados e desempregados – e estudantes.

O aumento não servirá para melhorar o transporte

Já estamos fartos e cansados de ouvir os políticos do governo afirmarem que o aumento das tarifas e impostos tem como objetivo arrecadar mais dinheiro para melhorar os serviços. Foi assim nesse ano, e no ano passado, e nos outros anos também. Porém, o que vemos e sentimos – porque somos nós trabalhadores os usuários dos transportes e não eles – são a superlotação, o aumento das brigas entre usuários e as quebras

constantes por manutenção inadequada. Não têm coragem de dizer a verdade: aumentam a tarifa porque estes políticos e partidos que estão no governo têm dívidas com os capitalistas, que financiam suas milionárias campanhas eleitorais. Ou até pior: seus parentes e amigos são os capitalistas beneficiados.

Você trabalhador é fundamental para a vitória do movimento

Os atos que acontecem todas as quintas-feiras no centro da cidade de São Paulo têm crescido a cada semana, ganhando inclusive destaque na grande imprensa. A última manifestação reuniu 4.000 pessoas em passeata da Praça Ramos, passando pela Prefeitura de São Paulo e sendo encerrado na Câmara Municipal. Porém, grande parte dos presentes são jovens e estudantes secundaristas e universitários. Ainda não é suficiente. Os trabalhadores mobilizados têm um poder inacreditavelmente maior que milhares de estudantes nas ruas, pois produzem e lidam diretamente com a riqueza obtida nas fábricas e indústrias.

Quando os operários e trabalhadores saem às ruas, derrubam governos

Vemos agora, nos países árabes (Tunísia, Egito etc.), o desmoronamento e a queda de governos ditatoriais, assentados há décadas no poder. Os trabalhadores, se apropriando dos métodos de luta genuínos da classe operária, com amplas manifestações de ruas, entrando em greve e paralisando as fábricas,

cas, nos provam que objetivos que antes pareciam impossíveis – como a redução do aumento da tarifa – se tornam possíveis e, enfim, alcançáveis.

Por tudo isso iremos às ruas novamente!

O Partido Operário Revolucionário - POR se coloca ao lado das reivindicações dos trabalhadores, explorados e oprimidos, defendendo sempre as necessidades vitais e fundamentais à manutenção da sua própria vida e de seus familiares. Para que as reivindicações sejam atendidas, defendamos:

- a) **TRANSPORTE PÚBLICO E GRATUITO PARA TODOS:** que nenhuma pessoa mais seja impedida de exercer suas atividades fundamentais ou se submeta a condições de grande desgaste físico por não possuir recursos financeiros para pagar a tarifa;
- b) **ESTATIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE, SOB O CONTROLE DOS TRABALHADORES EM GERAL:** para que o transporte público deixe de ser uma mercadoria, devemos expropriar os capitalistas e retomá-lo para as mãos do Estado, sendo administrado de acordo com os interesses dos usuários;
- c) **AÇÃO DIRETA DAS MASSAS:** que os trabalhadores saibam que a única maneira de atingirem conquistas seja acreditar em suas próprias forças, através da mobilização massiva nas ruas, greves, bloqueios de avenidas e ocupações de prédios públicos. Esta é a única maneira de mudarmos as coisas.

Cresce o número de trabalhadores afastados por doenças profissionais

Na rede estadual, 8% dos professores estão readaptados por voz, coluna ou psiquiatria

Segundo dados das publicações do Diário Oficial de São Paulo, mais de um docente por dia é afastado ou readaptado. Isto é, inúmeros professores são retirados do trabalho por motivo de doença.

Segundo outra pesquisa, encomendada pela Secretaria da Educação, 8% dos professores da rede estadual são readaptados. Os casos mais recorrentes são de problemas nas cordas vocais, na coluna e psicológicos. Entre os servidores da educação, o índice desse tipo de afastamento é maior que dos demais: 79% dos readaptados trabalham nas escolas, categoria que soma 53% do funcionalismo.

Na rede municipal, transtorno mental afasta 10% dos docentes

Segundo o DSS (Depto de Saúde do Servidor), foram 4.900 afastamentos dos docentes no ano passado, de uma categoria de 55 mil, ou seja quase 10%. Um estudo mostra também que cresce o número por problemas psiquiátricos. Há 10 anos atrás, esse tipo de transtorno era responsável por 16% dos afastamentos. Hoje, essa porcentagem subiu para 30%, de um universo de 16 mil afastados.

Rede privada, afastamentos aumentaram 22 vezes ou 2200% nos últimos 3 anos

Os últimos dados coletados pela Previdência Social indicam que a quantidade de afastamentos de profissionais por transtornos mentais e comportamentais cresceu 22 vezes entre os anos de 2006 e 2009. Estresse e depressão, entre outras doenças, afastaram 612 pessoas em 2006 e 13.478, no ano passado.

Doenças profissionais são fruto da superexploração do trabalho

Segundo as juntas médicas da Previdência Social, a maior parte destes afastamentos é decorrente das jornadas excessivas de trabalho, ambientes competitivos e hostis e a famosa pressão por metas de produtividade.

No caso dos professores, além das duras condições de trabalho, há o problema do desemprego, do subemprego e dos baixos salários.

Os funcionários de escolas (agentes escolares) são submetidos ao trabalho pesado. As mulheres com mais de 50 anos de idade são submetidas ao trabalho embrutecedor, são obrigadas a varrer 8 salas de aula em menos de 1 hora em troca de um salário de R\$ 600,00. Pior ainda é a situação dos funcionários terceirizados, que realizam 44 h semanais e recebem R\$ 510,00, sem nenhum direito trabalhista.

A situação não é diferente para os funcionários da saúde. Os médicos dos postos de saúde dos bairros pobres estão abarrotados de consultas, por conta da miséria e doenças contagiosas concentradas.

Está aí por que são vítimas das doenças oriundas da brutal exploração do trabalho. É preciso rechaçar a campanha do governo de que o trabalhador de licença ou readaptado não passa de vagabundo.

Defender a vida dos trabalhadores

O governo fixou o reajuste do salário mínimo. Disse que poderia pagar no máximo R\$540,00. Agora discute no Congresso a possibilidade de umas quirelas a mais. O fato é que, com o salário mínimo de fome, as jornadas estafantes e as péssimas condições de trabalho, a vida dos trabalhadores se debilita cada vez mais.

A saúde do trabalhador depende de um salário mínimo

Precarização do trabalho docente em SP

Corte de gastos

A rede estadual de SP é a maior do país, envolve hoje mais de 250 mil professores. Mais de 50% desse contingente é formado por contratados. Embora sofrendo os ataques dos sucessivos governos do PSDB no estado (Covas/Alckmin/Serra), esses tinham os mesmos direitos dos concursados até a mudança na previdência em 2007.

Nos anos 90 e 2000, os governos, para cortarem gastos, mantiveram os salários arrochados, destruíram os planos de carreira e pioraram as condições de trabalho. No entanto, essas medidas atingiam tanto efetivos quanto contratados. A investida, nos últimos anos, contra esses (os OFA's) foi mais um passo que respondeu à diretriz de enxugamento da "máquina estatal" e retirada de direitos.

Retirada de Direitos

Desde 2005, a Secretaria de Educação buscou retirar conquistas dos contratados. O objetivo sempre foi terceirizar esse serviço, flexibilizar a forma de contratação. O projeto apresentado nesse ano previa o desligamento de mais de 100 mil professores e a recontração de maneira mais precária. Derrotado pelas gigantescas mobilizações, Alckmin recuou. Em 2007, a exigência das alterações na previdência do Estado, parte da Reforma da Previdência de Lula de 2004, garantiu a separação dos futuros contratados em relação aos efetivos. A partir da criação do SPPrev, os novos professores contratados (a partir de julho de 2007) estariam no INSS – parte dos direitos foi arrancada aí. Em 2008, o governo pretendeu estabelecer uma prova para todos os OFA's e somente aqueles aprovados poderiam ministrar aulas. A greve do ano serviu como pressão ao governo e a inexistência de uma lei impediu que o resultado da prova fosse utilizado na atribuição de aulas em 2009. Não contente, Serra discutiu e votou a lei 1093 em 2009 e, sem a oposição da direção do sindicato estadual, pode utilizar a nota da prova em 2010. Uma parcela dos antigos contratados foi alijada do processo de atribuição e teve de amargar parte do ano com a miséria de 10 aulas, garantidas em forma de "estabilidade". A greve de 2010, convocada tardiamente e sem os métodos corretos de luta, foi derrotada pelo governo, traída pela direção da APEOESP.

O resultado dessa situação construída pelo governo ao longo de anos materializa-se agora em terceirização de uma parcela dos contratados. No ano de 2010, cerca de 20 mil foram contratados sem nenhum direito e com o contrato previsto para encerrar em um

vital, capaz de manter uma família de 4 pessoas, que inclui a moradia, as tarifas, a alimentação, o transporte, a saúde e a educação. Em nossos cálculos, o valor está em R\$ 3.900,00.

Uma das tarefas essenciais é a exigência de assembleias para aprovar a luta coletiva das reivindicações. Os comitês de luta nos bairros e locais de trabalho são necessários para a ampliação do movimento em defesa das condições de vida da maioria explorada. Nosso objetivo, no entanto, deve ir além das reivindicações mais elementares e lutar pelo fim do sistema capitalista, transformando a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social.

ano. Em dezembro, o contrato foi de fato encerrado e, em janeiro, o governo afirmou que esses 20 mil ainda poderiam trabalhar na rede e seriam desligados apenas em 2012. Com a atribuição nas escolas e não nas diretorias de ensino (descentralizada, portanto), esses novos contratados sofrerão ainda mais em 2011, trabalhando em duas, três escolas.

O desemprego joga milhares de jovens para a rede estadual, mesmo em condições como essas de subemprego. Para o governo, contratar professores por um ou dois anos e depois demitir sem nenhum direito trabalhista é melhor do que manter milhares recebendo quinquênios, sexta-parte etc. O Estado segue a lógica de qualquer empresa privada, substituindo a mão-de-obra mais antiga e cara por uma mais barata e, com a vantagem de que a nova força de trabalho surge submetida ideologicamente à terceirização e às condições precárias das escolas.

Levantar a mobilização

Vemos que o projeto político dos governos paulatinamente é aplicado. A destruição de direitos condiz com a crise capitalista e com as políticas neoliberais. Ainda que o funcionalismo tenha saído vitorioso de uma luta ou outra, graças à mobilização massiva e aos métodos da ação direta, as conquistas não se mantêm, porque os sindicatos (incluindo a APEOESP) são dirigidos por petistas e pecedobistas vinculados organicamente ao Estado, os quais colaboram na implementação de tais políticas.

Exigimos agora, enquanto Corrente Proletária na Educação, a convocação de uma Assembleia para lutar em 2011 contra as medidas adotadas por Alckmin. A direção petista da APEOESP prefere esperar o "calendário de negociações". A traição é evidente.

As aulas se iniciam com subemprego, terceirização, péssimas condições de trabalho e salários arrochados. A vitória dos professores contra tal situação depende da derrota dos reformistas. Essa só pode se dar através da organização das lutas e da adoção de bandeiras que unificam os trabalhadores do magistério.

Continuamos a defender o Salário Mínimo Vital, a Estabilidade para todos, a Escala Móvel das Horas de Trabalho, o fim das provas e das leis malditas. Apenas com os professores nas ruas e com os métodos da ação direta será possível reverter o processo de flexibilização do trabalho, garantir conquistas reais, varrer dos sindicatos essa camada de burocratas colaboracionistas e derrotar os governos.

APEOC rende-se aos míseros 5% do governo

O Governo Cid Gomes enviou e aprovou, na Assembléia Legislativa, a mensagem sobre o reajuste do funcionalismo para 2011. Esta mensagem também incluiu a mudança da data base dos servidores, de junho para janeiro, e o reajuste no vale-alimentação, que passou de R\$ 6,50 para R\$ 10,00. O governo, por isso, bateu o martelo nos 5% e não aceitou mudanças. A diretoria da Apeoc que, a princípio, reivindicou um reajuste diferenciado para o magistério (entenda-se por isso a busca de mais 1% ou 2% de migalha), logo teve de pôr o rabo entre as pernas e calar-se. É que o governo tornou público que havia um acordo pré-eleitoral com as direções sindicais de várias entidades de servidores, onde o mesmo se comprometia, entre outros pontos, como os anunciados acima, a reajustar os salários conforme a inflação do último semestre acrescido de 2%. Inútil é dizer que as entidades (CUT, CTB etc) e os sindicatos APEOC, MOVA-SE entre outros, concordaram com tudo isto e saíram a campo pedindo voto em Cid. A mudança da data base (julho para janeiro) e o reajuste de 5% foi, portanto, produto de acordo selado através do Fórum Unificado dos Servidores Públicos do Estado do Ceará (FUASPEC) em troca do apoio das entidades sindicais à reeleição de Cid.

O que se percebe de tudo isto é que as entidades, nas mãos de burocratas, traidores, são órgãos de defesa da colaboração de classe com os governos, ao invés de instrumentos da luta e resistência dos trabalhadores. Não é casual que trabalhem sistematicamente para sabotar a democracia sindical e todas as campanhas salariais. É preciso que fique claro: não houve campanha salarial 2011. A diretoria da Apeoc não convocou

uma única assembléia. A pauta de reivindicações foi tirada da cabeça de seus diretores, longe do conhecimento da base. O método da Apeoc é: negociar com o governo sem a base por perto e sem que esta saiba qualquer coisa.

A Apeoc cantou vitória com as medidas adotadas pelo governo. Disse tratar-se de uma vitória do diálogo, de suas reuniões com a SEDUC etc e etc. Fato é que o governo pretende retirar com a mão direita o dobro do que concedeu com a esquerda, a exemplo do que virá com as alterações do PCR (lei nº 12.066/93). Além disso, é evidente os limites das atuais 'concessões': o vale-refeição que o governo estendeu a todos os servidores que ganham até R\$ 4.000,00, não beneficia os servidores temporários. É obrigação do governo do estado conceder o auxílio alimentação a todos servidores estaduais; o que nem sempre ocorre, devido à colaboração das direções com os governos. Os traidores da APEOC procuraram a todo instante criar ilusões na categoria de que o reajuste seria diferenciado através de acordos de cúpula sem a mobilização dos professores em assembléias, zonais etc. Tudo para não se desgastar diante do governo.

Não há outro caminho para a categoria. A saída é romper a paralisia, organizar uma fração combativa no magistério, impulsionar a luta pela independência do sindicato frente ao governo, bem como denunciar a burocracia sindical vendida e jamais esperar por esta. Professores, trabalhem por construir zonais independentes do controle da burocracia! Preparemos-nos com discussões para a futura batalha em torno da reformulação do PCR! Adiantemo-nos para impedir que mais uma traição se consuma!

Prefeita Luizianne não acena nenhuma proposta de reajuste. É preciso preparar-se para a greve na rede municipal!

Luzianne Lins/PT começa seu penúltimo ano na administração disposta a manter o arrocho salarial sobre o funcionalismo e a retirar-lhe os parcos direitos. A Prefeita segue sem implantar o rebaixado Piso Salarial (lei 11.738/08) que, mesmo contestado no STF, exige implantação da data base em janeiro e a redução da jornada para 40h semanais; não concedeu as 207 licenças prêmio; não reenquadrou os mil professores que amargam prejuízos salariais há mais de 3 anos, embora a Câmara já tenha aprovado uma mensagem a este respeito; mantém alunos sem aula, já que não soluciona o problema da falta de professores; não pagou anuênios, progressões etc e etc.

Diante deste quadro, a categoria precisa se preparar com um efetivo calendário de luta, que aponte a perspectiva da greve, caso Luizianne não retroceda em seus ataques, que só pioram as condições salariais e de trabalho do professorado. Algumas zonais já têm sido convocados para preparar a luta, e até uma

nova assembléia foi marcada (10 de fevereiro), infelizmente com atraso secular. É que a campanha salarial do município, iniciada dia 15 de outubro, ficou parada todo este tempo em virtude do imobilismo da atual direção do Sindicato. Direção esta (Corrente O trabalho/PT) que, sabendo da mudança da data base para janeiro, devido à lei do Piso, deixou passar novembro, dezembro e janeiro sem organizar um único zonal ou assembléia. Este corpo mole diante da administração municipal não surpreende já que fazem parte do mesmo partido da prefeita (PT).

A categoria precisa se preparar para a greve. A Corrente Proletária propõe um calendário de lutas com paralisações em frente ao Paço Municipal, passeatas etc. Para que nosso movimento avance é preciso à defesa da mais ampla e irrestrita democracia nas assembléias. Que a base possa ter voz em todas as reuniões, assembléias etc., e possa eleger seus representantes para a comissão de negociação.

Rondônia

Defender a saúde pública, ganhando as ruas

No Hospital João Paulo II, das três salas de cirurgia, uma está fechada, são 150 leitos, todos lotados. Os pacientes não param de chegar e vão ocupando macas e colchões espalhados pelos corredores. No local, há mais de 300 pacientes na fila. A UTI está toda ocupada.

No Hospital de Base, quase mil pessoas estão na fila de espera para atendimento cirúrgico. E das nove salas de cirurgia, cinco estão fechadas. O hospital recebe, em média, 200 pacientes por dia. A maioria vem de cidades do interior do estado. Mas eles chegam também do sul do Amazonas, do Acre e até da Bolívia.

O governador Confúcio Moura (PMDB) é médico e já foi secretário de Saúde. O demagogo diz: “Uns dão prioridade à educação, outros ao transporte, outros à questão ambiental, mas em Rondônia a saúde não foi prioridade em quase nenhum governo”. Segundo ele, já pediu ajuda ao Governo Federal. Quer um hospital de campanha com médicos e enfermeiros para fazer um mutirão de cirurgias. Coisa de politiqueiro. O fato é que a saúde está cada vez pior.

Os trabalhadores não sabem como e quem acudir. Diz uma enfermeira: “A cada dia de trabalho, morremos um pouco, porque estamos vendo a situação e não podemos fazer nada”. Essa é a realidade.

Enquanto o governador lamenta o estado miserável da saúde, as empresas terceirizadas ameaçam suspender o fornecimento de material para a secretaria estadual de saúde. Motivo:

Bahia

Servidores das universidades federais realizam dia nacional de lutas

No dia 03 de fevereiro, os servidores técnico-administrativos das universidades federais programaram um dia nacional de lutas com paralisações em função dos ataques promovidos pelo governo Lula à educação, aos quais dará continuidade o novo governo Dilma. Na Bahia, o Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), conhecido como ASSUFBA, filiado à FASUBRA e à Central dos Trabalhadores e Trabalhadora do Brasil (CTB) dirigida pelo PCdoB justificam o dia de paralisação em “decorrência da inexistência de recursos no orçamento de 2011 que garantam nosso reajuste salarial e atentos a diversas afirmativas do governo em relação aos ajustes fiscais e cortes de gastos”.

Ocorre que a direção do sindicato e da CTB esteve durante todo o governo de Lula (e acena continuar no governo Dilma) submetida às diretrizes educacionais do Ministério da Educação frente ao ensino público no país, em particular para as Universidades Federais, e quanto aos ataques sucessivos aos direitos e conquistas dos docentes e servidores federais. Basta lembrar a medida já encaminhada pelo governo, qual seja, a MP 520/10, que trata da criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), que, sob o argumento de resolver o problema dos 26 mil trabalhadores terceirizados dos Hospitais Universitários, na verdade, avança na privatização dos hospitais e sua dissociação em relação às universidades federais. Fora isso, o governo Lula/Dilma garantiu um conjunto de medidas de ataque aos professores e ao ensino superior público através

falta de pagamento. Confúcio joga a responsabilidade para o governo anterior e alega que não há dinheiro para quitar dívidas. Essa ladainha é bem antiga, própria da política burguesa.

Nenhum trabalhador poderá acreditar que o governo Confúcio Moura/PMDB resolverá a grave situação da saúde pública. Ao contrário, a tendência é a privatização e a terceirização.

A solução virá por meio da luta nas ruas. Mas o problema está na direção dos organismos dos trabalhadores. É o que ocorre com o sindicato dos enfermeiros. A burocracia sindical dirigente sequer convoca assembleia para aprovar o caminho da luta. Os enfermeiros, que estão com salários defasados, precisam assumir inúmeros plantões extras para sobreviver. Com uma jornada estafante e com as péssimas condições de trabalho, quem paga são os milhares de doentes.

Também não dá para ficar lamentando as desgraças. Os trabalhadores da saúde devem se organizar e exigir a convocação de assembleia, para que tomem em suas mãos a defesa da saúde pública. A constituição dos comitês de luta pela saúde deve ser o ponto de partida para a defesa das reivindicações e de combate às direções sindicais conciliadoras com o governo.

Uma das reivindicações fundamentais é a defesa do sistema único de saúde, público e estatal, sob o controle dos trabalhadores. O que significa travar a luta contra a rede privada e conveniada de saúde.

do incentivo e financiamento do setor privado da educação.

O aprofundamento das medidas anunciadas pelo novo governo levará cada vez mais ao descontentamento dos servidores, professores e estudantes, anunciando futuros choques com o aparelho de Estado. Ocorre que a atual direção nacional e estadual dos serviços técnico-administrativos, compromissada com a política reformista do PCdoB e da CTB, do movimento estudantil dirigida por correntes estudantis do PCdoB e PT e a divisão no seio dos docentes das instituições federais entre organizações filiadas ao Andes e ao Proifes, debilitam a organização, mobilização e resistência do conjunto dos servidores públicos.

Trata-se de defender a unidade organizativa dos servidores contra o divisionismo das burocracias sindicais; a independência política de classes frente ao Estado e aos governos contra o reformismo, que divide burocraticamente os trabalhadores e os coloca a reboque da política educacional do Ministério da Educação; um plano de lutas discutido e aprovado pelas bases, que defenda as necessidades das categorias (professores, servidores e estudantes) contra as pautas rebaixadas e corporativistas dos sindicatos, federações e centrais; defesa de um único sistema público de ensino, a estatização do ensino privado e o acesso da juventude em todos os níveis de ensino contra as políticas de apoio ao ensino privado e de ataque ao ensino público do governo Lula/Dilma; defesa do método da ação direta (greves, manifestações, ocupações, assembleias etc.) como o verdadeiro método dos explorados contra as tendências eleitoralistas, parlamentaristas e institucionalistas das direções burocráticas.

Micarla (PV) e Seturn promovem mais um ataque aos trabalhadores e estudantes

A Prefeitura de Natal (PV) concedeu um aumento de 10%, nas tarifas de transporte público na capital. As passagens passam a partir de sábado (22) a custar R\$ 2,20, o reajuste, acima do índice de inflação (IPCA), foi decretado na calada da noite atendendo a reivindicação do Sindicato das Empresas de Transporte Urbano de Passageiros de Natal – SETURN, e ataca ainda mais os trabalhadores e estudantes que já sofrem com a precariedade e o valor elevado do transporte público em Natal.

A situação dos transportes públicos em Natal

A população de Natal sofre todos os dias com as péssimas condições de transporte, ônibus superlotados, e uma frota sucateada, fundamentalmente nas linhas que cobrem a periferia da cidade. As empresas promovem uma brutal exploração contra os rodoviários que, muitas vezes, são obrigados a dirigir e cobrar passagens ao mesmo tempo aumentando os riscos de acidentes. A população, sem alternativas, se torna refém da máfia do transporte.

O QUE DIZ A BUROCRACIA MUNICIPAL?

No ano de 2010, a prefeita Micarla de Souza (PV) firmou um acordo com as empresas, o Termo de Ajuste de Conduta, que condicionaria o aumento nas tarifas a uma suposta modernização da frota e melhorias no serviço. No entanto, os tubarões do transporte não cumpriram o termo e mesmo assim o aumento

foi concedido elevando as tarifas de R\$ 1,85 para R\$ 2,00.

Naquele momento, o movimento que ficou conhecido como “Maio Vermelho” levou estudantes às ruas de Natal em protestos contra o reajuste, mas foi calado pela burocracia estudantil ligada ao PT e ao PCdoB.

Desta vez, o reajuste, segundo a prefeitura, é justificado pela implantação de aparelhos de GPS em toda a frota, além da implantação de 20 novos ônibus. Mas uma vez o SETURN mostra quem manda e impõe seus interesses, e os trabalhadores e estudantes serão obrigados a pagar a conta da união indissolúvel entre a prefeitura de Natal e o cartel dos transportes. Como responder a mais esse ataque?

RESPONDER COM LUTA AOS ATAQUES DA BURGUESIA E DO ESTADO BURGUEÊS!

O PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO e a CORRENTE PROLETÁRIA ESTUDANTIL convocam os estudantes e trabalhadores a responder com luta, tomar as ruas contra o aumento das tarifas de transporte público. Não podemos confiar em nenhum governo da burguesia, não podemos ser reféns das empresas de ônibus, do SETURN, ou da prefeitura.

- **PASSE LIVRE (GRATUIDADE) NOS ÔNIBUS PARA OS ESTUDANTES E DESEMPREGADOS;**
- **ESTATIZAÇÃO DOS TRANSPORTES PÚBLICOS SOB CONTROLE DOS TRABALHADORES!**

Enchentes no RN

A chuva vem atingindo o estado do Rio Grande do Norte com a mesma magnitude que no resto do país. Varias cidades do estado decretaram estado de emergência. Os transbordamentos de rios estão desabrigoando famílias, destruindo plantações de pequenos agricultores e causando a morte de trabalhadores e suas famílias. Pequenas cidades chegam a ter mais de 600 famílias desabrigadas, a exemplo de Jucurutu. Diante dessa crise, a mídia burguesa vem agindo em torno de campanhas humanitárias de ajuda aos desabrigados, desviando a atenção e livrando os verdadeiros responsáveis, como as grandes empresas, que desmatam em grande quantidade e poluem os rios. Natal tem sido exemplo claro da especulação imobiliária e de grandes construtoras, como a Capuche, construindo condomínios em áreas de preservação ambiental, mas que têm o aval dos governos e da justiça. O Programa Minha Casa Minha Vida acelerou ainda mais essa especulação em áreas de Natal / Parnamirim, com construções em locais inadequados.

Enquanto isso, a responsabilidade pelas catástrofes recai sobre a população pobre que constrói suas casas em áreas de risco. Nos bairros da burguesia, não se ouve falar de alagamentos, de casas sendo invadidas pela água ou famílias que



perdem tudo da noite para o dia, isso por que são bairros construídos com toda tecnologia possível para assegurar a qualidade de vida da burguesia.

O capitalismo não vai parar de agir sob o desenvolvimento desigual das regiões e castigar a população mais pobre pelo seu desenvolvimento sem controle. Somente através da luta contra o capitalismo é possível dar uma resposta às mortes e aos desastres ocorridos, os trabalhadores e demais explorados devem

lutar contra os governos burgueses através do método da ação direta, com bloqueios de ruas, ocupações etc. Sob as bandeiras imediatas de:

- Entrega imediata de moradias para os desabrigados
- Utilização de todos os imóveis vazios para abrigar os atingidos pelas enchentes
- Que os governos reponham todas as perdas materiais dos trabalhadores urbanos e camponeses
- Rejeitar as esmolas dos governos

Através dessas bandeiras, da formação dos comitês de bairros, é possível minimizar os estragos e as perdas das enchentes. Mas é com a derrubada da burguesia e seu sistema econômico, o capitalismo, e com a revolução socialista que essa situação vai começar a mudar verdadeiramente.

Rio Grande do Norte

PSTU serve de esteira para os interesses eleitoreiros do PSOL

As lutas desenvolvidas, em Ceará-Mirim, pelo Fórum Contra Opressão Social e Política, sempre tiveram como objetivo a organização dos trabalhadores e estudantes na defesa coletiva dos seus interesses. Tanto que o FCOSP ficou conhecido como o organismo de luta para camponeses, professores, usuários de transporte público e estudantes. E as manifestações eram feitas através do trabalho nos bairros, escolas etc.

Durante a administração de Peixoto (PR), o caos nos serviços públicos e as pretensões de privatizar a folha de pagamento levaram a população às ruas, no final de 2009 e início de 2010. Nos últimos meses, Peixoto deixou a cidade entregue ao lixo (a empresa contratada não faz mais a coleta por falta de pagamento), as escolas sucateadas, no hospital, trabalhadores e crianças morrendo por falta de atendimento básico e a cidade sendo manchete nacional como a segunda em casos de dengue.

Mais uma vez, a população esperava que o FCOSP chamasse a luta contra tudo isso. No entanto, o PSTU que dirige o SINTE calou-se e entregou a organização do movimento ao PSOL. Este organizou um outro instrumento de luta: o Fórum em Defesa de Ceará-Mirim. Fez uma primeira manifestação. A população massivamente foi às ruas protestar contra o prefeito. Fez uma segunda, no dia 26 de janeiro, também com uma resposta da população nas ruas.

Para onde tem caminhado este Fórum?

A preocupação em convocar a população em carro de som para a atividade e destacar que o ato é *pacífico e ordeiro*, as saídas de protocolar denúncias no Ministério Público, denunciar na Câmara que a prefeitura recebeu dinheiro e que não investe adequadamente, que o problema no município é de má gestão dos recursos públicos, foi o caminho defendido pelo PSOL e PSTU.

As manifestações nitidamente tinham interesses eleitoreiros. O "Fora Peixoto" foi o título da convocatória, que nem mesmo foi aprovada em reunião. O PSTU tem grande responsabilidade nos rumos tomados pelo movimento, uma vez que em nome de futuras alianças com o PSOL na cidade serve de esteira para o PSOL, que pretende que o movimento apenas escute seus discursos inflamados e que passivamente canalize suas insatisfações para as próximas eleições.

Por que impedem o POR de falar no Ato?

O Partido Operário Revolucionário, no período que esteve à frente do Sinte, sempre organizou a luta de outras categorias e da população em geral. Para isso foi criado o Fórum Contra Opressão Social e Política, como forma de dar unidade ao movimento. Foram feitas várias lutas com os sem-terra, sem-teto, estudantes, funcionários do SAAE etc. Para fortalecer a unidade do movimento, eram chamados outros sindicatos (sindágua, sindaúde, sinsenat, sind.rodoviários, sind.bancários, Conlutas etc). Nunca foi critério para fazer uso da palavra nos atos a contribuição financeira. Pois bem, esse critério despolitizado e

mercenário foi aprovado pelo PSTU e PSOL. Assim, só podem falar nos atos os partidos que contribuem financeiramente. Assim, passaram a falar no ato apenas o PSTU, PSOL e o PT, que até dezembro era parte do governo. O POR não acatou a decisão dos burocratas e defendeu a fala de todos aqueles que intervêm na luta de classes, defendendo as reivindicações dos explorados. Criticou os eleitoralistas e denunciou o PT como partido que ocupou cargos no governo. Lançou um panfleto, apontando propostas para avançar na luta. Entre elas:

- Criar comitês de bairros, escolas e nos locais de trabalho;
- Preparar uma greve geral no município de 24 horas;
- Que a população não pague mais nenhum imposto para a prefeitura de Peixoto;
- Que as Centrais sindicais e sindicatos convoquem uma plenária para aprovar um plano de lutas;
- Construir uma plenária de luta para que a população sinta-se parte dessa construção.
- Contra o pacifismo pequeno-burguês e a opressão da burguesia, defesa da violência revolucionária do proletariado!

Adquira com o distribuidor deste jornal:



Balanço do 13º CONEB da UNE

Realizou-se entre os dias 15 e 17 de janeiro a décima terceira edição do Conselho Nacional das Entidades de Base (CONEB) da União Nacional dos Estudantes (UNE), na cidade do Rio de Janeiro. Milhares de estudantes de todo o país estiveram presentes. Poderia ter sido um encontro de grande valor para armar politicamente a juventude e organizar a luta contra os ataques da classe dominante e seus governos. Poderia ter sido também um momento para firmar uma posição de independência política da entidade em relação ao Estado. Mas nada disso ocorreu, ao invés dessas necessidades elementares serem satisfeitas, o que vimos foi um evento festivo, com grande despolitização, indisciplinado e profundamente burocratizado. O resultado foi a manutenção da entidade na condição de auxiliar do governo petista na aplicação de seus planos neoliberais de des-rução do ensino.

Praticamente um dia e meio foram perdidos com os atrasos no credenciamento dos delegados e observadores, enquanto a bebedeira rolava solta. O dia terminou em festa, com música em altíssimo volume e direito a DJ. O caráter festivo é estimulado pela direção como elemento distracionista, que serve para desviar os estudantes da luta política para a diversão. A direção da UNE substitui a discussão política pela festa, com o intuito de aproximar estudantes sem debater conteúdo, com o intuito de cooptá-los simplesmente para aprovar suas propostas na plenária final, unicamente para o momento de levantar os crachás. Este método é desonesto, pois impede que as decisões expressem um posicionamento crítico a partir do debate das posições políticas e leva a uma mera formalização do domínio burocrático da direção atual.

O formato adotado foi bastante negativo: não houve a realização de grupos de discussão (GDs), contando apenas com palestras ministradas por intelectuais (geralmente vinculados aos grupos que dirigem a entidade). Dessa maneira, os que não estavam sob a orientação política da direção tiveram que se contentar com pouquíssimos minutos para expor seus posicionamentos. Os condutores das palestras, ligados à diretoria, ainda tiveram a desfaçatez de insinuar que não deveri-

amos realizar intervenções, mas “perguntar” aos convidados. Vários membros de grupos oposicionistas, entre eles nós do POR, não acataram a insinuação e usaram o microfone para defender suas idéias e propostas. Em algumas situações, como no debate sobre desenvolvimento nacional, a direção ficou em maus lençóis, tamanha a pressão da oposição. Esse peso oposicionista, no entanto, não acabou se expressando na plenária final, onde a maioria esmagadora era da direção.

Aliás, mais uma vez se evidenciou a irresponsabilidade de uma parte da vanguarda, em especial o PSTU, que assumiu a linha de ruptura com a UNE e constituição de uma entidade minoritária paralela (a ANEL – Assembleia Nacional dos Estudantes Livre). Embora não consideremos o PSTU um agrupamento revolucionário, não o igualamos ao bloco PCdoB-PT (direção majoritária da UNE) e nem descartamos o peso que poderia estar exercendo no combate ao referido bloco. A ruptura aventureira do PSTU, entretanto, só tem deixado as mãos da burocracia dirigente mais livres para impor sua política. A mesma crítica serve para os demais grupos que embarcaram na política de divisão. Por outro lado, notamos a ausência de correntes que reivindicam a participação nos fóruns da UNE, como o PCO.

Estando livre o caminho, já que não havia no CONEB uma poderosa fração revolucionária oposicionista, a direção pôde fazer do encontro um instrumento para: 1º) declarar apoio ao governo da recém eleita Dilma Rousseff e 2º) levar os estudantes a aceitar o novo Plano Nacional da Educação (PNE), que terá vigência de 2011 a 2020, apontando apenas a necessidade de algumas emendas. Para isso, a diretoria teve de remontar às eleições de 2010 e fazer uso do já conhecido discurso de que o PT/Dilma representava a esquerda, ou as chamadas “forças progressistas”, enquanto a candidatura Serra/PSDB/DEM estava a serviço da direita. Esse argumento serviu de ponto de apoio para a caracterização do governo petista como um governo em disputa. O que implica que a tarefa do movimento estudantil nacional – devendo a UNE falar em nome dele – seria trabalhar as contradições existentes no seio do governo, fazendo a correlação de forças pender para o

lado dos movimentos, isto é, para o lado das “forças progressistas”.

Foi nesses termos que se montou a linha argumentativa do bloco PCdoB-PT (e apoiadores). Foi desse modo que a direção acabou fazendo do CONEB um fórum para arrastar os estudantes à posição de apoio a um governo burguês, o governo de coalizão do PT/PMDB. Da mesma maneira, presenciamos o empenho da direção em colocar a juventude a serviço da implantação de mais um plano educacional privatista e excludente da maioria. Apesar do discurso de independência, que soou como uma piada de muito mau gosto, o que vivenciamos foi somente mais um episódio na história de atrelamento da entidade ao Estado. Tal processo de estatização não começou com o governo Lula, mas se ampliou muito - chegando ao ponto da diretoria colocar a UNE como co-autora dos projetos educacionais governistas.

Caracterizamos o PNE-2011/2020 como excludente, pois: 1º) tem como meta possibilitar o acesso ao ensino superior a 33% da população de 18 a 24 anos, ou seja, confessa que pretende manter excluídos cerca de dois terços dos jovens nessa faixa etária; 2º) não dá um passo sequer no sentido de acabar com o instrumento de exclusão chamado “vestibular”. Ao contrário disso, promove o novo ENEM, o SISU e o PROUNI, que são experiências nocivas para os estudantes, já que se tratam de mecanismos de transferência de verbas públicas para os cofres privados. Dizemos também que o novo PNE é privatista, porque: 1º) admite como premissa a coexistência do ensino pago com o público; 2º) não toma uma medida sequer para conter o avanço das instituições particulares de ensino; 3º) prevê a expansão do ensino à distância, que é um nicho de mercado explorado essencialmente por empresas privadas; 4º) pretende aumentar as verbas destinadas à Educação “em geral” (públicas e privadas), ou seja, abre a brecha para que se destine muito dinheiro para os bolsos dos capitalistas do ensino.

Fora esses dois aspectos, isto é, o caráter privatista e excludente do novo PNE, apontamos outros pontos negativos no plano, que nos leva a um posicionamento de rejeição

integral do projeto. Em nosso boletim, distribuído durante as atividades do CONEB, identificamos alguns desses pontos: “1) O plano mantém a linha de centralização do trabalho docente; 2) Conserva o arrocho salarial com um piso miserável; 3) Preserva os grupos capitalistas ligados à educação; 4) Dá continuidade à política de avaliação externa imposta de cima pra baixo; 5) Apresenta metas rebaixadas de universalização do ensino e alfabetização, entre outros”. O novo plano se caracteriza ainda por não passar de uma formalidade burocrática, visto que deverá ser aprovado pelo Congresso Nacional, dominado pelas frações gangsteris da burguesia.

Apesar de nossa limitação numérica, fizemos a defesa de nossas idéias em toda situação possível. Prova disso é que a direção da entidade estudantil teve de combater nossa caracterização durante o CONEB. Disse que se tratava de emendar o projeto através da força da mobilização, empregou o argumento do “governo em disputa” e da batalha pela mudança da correlação de forças favoravelmente aos movimentos sociais. Nós já prevíamos essa linha de raciocínio e a criticamos em nosso material de propaganda. Dado o pouco tempo para falar diretamente aos estudantes, pois a direção fez de tudo para impedir uma discussão ampla e livre, não conseguimos realizar uma denúncia tão profunda quanto o tema exigia.

Na verdade, o método que a direção propõe é o da conciliação com o governo. A palavra “mobilização” na boca desses burocratas soa como uma infâmia. Em todos os locais de estudo pelo país, as correntes que dirigem a UNE têm servido de guardacostas do governo. Atuam sempre que podem impedindo as bases de se voltar contra as medidas da administração federal. Nem sempre conseguem e o exemplo cabal disso foram as ocupações de 2007 contra o REUNI (programa federal de reestruturação das universidades), em que as bases tiveram de atacar também as direções das entidades ligadas politicamente a UNE. O que o PCdoB-PT pretende realmente é fazer os estudantes acreditarem na via da pressão parlamentar. Apostam na política de distinção entre os “defensores” e os “inimigos” da Educação. A “mobilização” em que apostam os burocratas é o chamado “voto

consciente”. O eleitoralismo mal consegue se esconder sob a máscara da “mobilização”. Ao invés de fortalecer a confiança em suas próprias forças, através da luta independente em relação ao governo, a direção leva a juventude à armadilha das eleições burguesas e pressão parlamentar, certamente para promover os parlamentares de seus próprios partidos. No lugar de confiança, a prostração; em vez da luta independente, o rastejamento diante dos corruptos da burguesia. Troca o combate diário ao redor das reivindicações pelo apoio ao governo durante quatro anos.

Mas, o problema não é só de método. As emendas propostas pela direção da UNE também possuem um conteúdo negativo. Embora sejam várias as propostas, o peso maior foi dado sobre duas: 10% do PIB para a Educação e 50% do fundo social do pré-sal para o mesmo setor.

A ênfase no aumento de verbas mostra a concordância no que diz respeito à essência da Educação. O que é um absurdo, tendo em vista a falência evidente do ensino brasileiro (não só o superior). O aumento de verbas não resolverá a crise geral por que passa a Educação. Tal crise tem como fundamento a separação entre teoria e prática, entre a ciência e a produção social. Esse divórcio, por sua vez, tem sua raiz na propriedade privada dos meios de produção, que impede o livre desenvolvimento das forças produtivas, dado o risco de potencializar perigosamente o fenômeno da superprodução. Todo avanço científico tem de se dar sob os interesses do mercado, daí o controle burocrático da Educação pela classe dominante, que lhe determina o conteúdo por vários instrumentos (financiamento, autoritarismo etc.). Mas é claro que a destruição do ensino público tem a ver com a limitação das verbas imposta pelos governos. O que defendemos para combater o estrangulamento da educação é que os que estudam e trabalham determinem autonomamente o quanto a universidade necessita e que cabe aos governos sustentar financeiramente essas determinações, sem nenhuma ingerência sobre a universidade. Essa é a real autonomia universitária, que só pode se construir sobre a base da soberania da Assembléia Geral Universitária, que expressará a maioria estudantil. O POR trabalha e trabalhará para que o movimento estu-

dantil assuma a bandeira da Real Autonomia Universitária, que só será implantada pela ação direta, com uma ampla mobilização dos que estudam e trabalham por suas reivindicações. É nesse processo que se construirão as assembléias gerais universitárias que poderão expressar a real independência e autonomia diante dos governos, dos capitalistas e de suas instituições, e o movimento avançará para a unidade com os explorados na luta pelo socialismo.

É preciso colocar também que o método para se arrancar mais verbas dos governos não é o da via da pressão parlamentar ou disputa eleitoral, espaços em que a burguesia tem domínio. Somente uma luta de massa unitária e forte poderá fazê-lo. Será através das greves, ocupações, bloqueios de avenida etc. Isso tudo passa pela necessidade de unificação do movimento estudantil com outros movimentos sociais, em especial com a classe operária.

Quanto à reivindicação de 50% do fundo do pré-sal para a educação, não passa de hipocrisia da direção da UNE. O governo do PT/PMDB, com apoio de sua base aliada, incluído aí o PCdoB, entregam a exploração do pré-sal às multinacionais e usam a reivindicação de parte do dinheiro arrecadado para educação como pretexto para encobrir seu entreguismo. A direção governista da UNE não fala nada sobre a defesa das riquezas do país contra o saque imperialista. Nem formalmente. A UNE, que poderia servir de canal de organização da lua estudantil contra o imperialismo, serve de base de apoio para a submissão do país. Em troca de, no máximo, esmolas.

No último dia do Congresso, a UNE realizou um ato público. Durante o Coneb, o Rio de Janeiro contava suas centenas de mortos. Nem uma palavra da direção sobre isso. Afinal, teria de criticar os governos “aliados”. Nem o sangue dos oprimidos abala o governismo da atual direção da UNE.

O Coneb mostrou mais uma vez a necessidade de construir uma fração revolucionária de oposição à atual direção da UNE, que lute para destruir a burocracia governista que a manipula em favor do governo e dos capitalistas, e que trabalhe pela construção de uma nova direção, baseada num programa proletário de destruição da escola de classe como parte da revolução proletária.

Nesta edição:

- Bolívia: Bases para a luta unitária dos explorados pela revolução social
- Cúpula social ou Inquérito?
- Para quem Evo Morales governa?

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Bolívia:

Bases para a luta unitária dos explorados pela revolução social

1. Bolívia, segundo assinalam os próprios organismos internacionais do capitalismo, é o país com a maior desigualdade social do continente. Os 20% mais ricos da população acumulam 60% de toda a riqueza nacional – já de por si próprio devido ao atraso industrial do país -, 6 de cada 10 bolivianos são pobres, isto é, seus salários são insuficientes para manter suas necessidades básicas, e 3 deles são indigentes (vivem com menos de 1 dólar por dia).
2. A análise da problemática nacional sobre os diversos temas deve se dar nos marcos da luta de classes, estruturadas pelo modo de produção imperante na base econômica da sociedade e suas manifestações na superestrutura ideológica.
3. A classe dominante nativa, historicamente desde a época da colônia espanhola, se estruturou sobre a base da opressão das nações indígenas. Os criolos (burguesia nativa branca), que dirigiram a luta pela independência, eram, como seus ascendentes espanhóis, exploradores de índios. Daí provem seu papel de classe opressora das nações originárias. Esta classe parasita que viveu do trabalho gratuito do camponês indígena manteve o país estancado no atraso, enquanto no mundo o capitalismo se desenvolvia industrializando a produção de mercadorias e criando um mercado mundial unificado.
4. O capitalismo penetrou no país de fora para dentro, como força invasora na etapa imperialista do capitalismo sob a forma do capital financeiro para explorar matérias-primas, requisitado pelo aparato produtivo internacional para alimentar suas indústrias. O resultado é uma economia de caráter combinado na qual o modo de produção capitalista se instala fundamentalmente na exploração de matérias-primas para o mercado mundial, enquanto que o restante da economia permanece no atraso produzindo sob formas de produção pré-capitalistas.
5. A burguesia nativa não conseguiu estruturar-se como uma classe social poderosa, capaz de desenvolver o país harmonicamente e com soberania. É uma classe antinacional, que vive à sombra do capital financeiro internacional, subordinada aos mandados do imperialismo.
6. A classe operária, embora minoritária pelo escasso desenvolvimento industrial do país, independentemente de seu número, é a classe explorada que produz com seu trabalho a maior parte da riqueza nacional e as matérias-primas vendidas no mercado internacional. Está ligada à coluna vertebral da economia nacional, ao setor moderno da economia do país. A classe operária trabalha por um salário para o patrão, o dono dos grandes meios de produção, não possui nenhuma propriedade dos meios de produção e trabalha socialmente, cujo produto excedente (mais-valia que é o valor adicional depois de descontar o salário), é apropriado pelos burgueses. Por seu modo social de produzir e sua condição de classe despossuída de meios de produção é a classe instintivamente socialista.
7. Entre a burguesia e o proletariado se encontra a ampla classe média, que é a grande maioria nacional. É uma classe altamente estratificada; desde os camponeses de pequenas propriedades minifundiárias, passando pela enorme massa de artesãos das cidades, micro-empresários, artesãos, professores, profissionais liberais, até os altos executivos empresariais e funcionários do Estado. A grande maioria deles é pobre, trabalha por conta própria porque, não tendo fontes de trabalho suficiente, devido ao escasso desenvolvimento industrial, tem de ganhar a vida por si mesmos. Pela extrema pobreza, a classe média é altamente explosiva e frequentemente utiliza a ação direta violentando a legalidade burguesa para exigir atenção às suas necessidades. Esta é uma das causas do porquê a democracia formal burguesa no país é inviável e se apresenta como uma caricatura. Como classe pequeno-burguesa de meios de produção em pequena escala ou pelos meios de vida, no caso dos profissionais liberais, professores etc é politicamente respeitosa diante da propriedade em todas suas dimensões (grande, média e pequena). O governo do MAS, dirigido pelo camponês-indígena, Evo Morales, com apoio fundamentalmente camponês e popular indígena, expressa de maneira gráfica esta limitação. Declara respeito à propriedade privada em todas suas dimensões e coloca a colaboração dos oprimidos com os opressores e do Estado com as multinacionais na condição “sociais”. Incapaz de tocar a estrutura econômica capitalista atrasada do país, dominada pela grande propriedade privada imperialista e nativa, todas as suas medidas reformistas estão condenadas à impostura, como os explorados já estão comprovando, perdendo as ilusões no governo de Evo Morales. A política reformista do governo é a política burguesa porque

respeita o poder dos opressores, que é a grande propriedade dos meios de produção. É, pois, pró-burguesa, pró-imperialista, anti-operária e anti-popular.

8. A classe camponesa no ocidente é, como temos assinalado, vinculada à pequena propriedade da terra e dos meios de produção primitivos. Na Bolívia, caracteriza-se, além disso, porque está integralmente constituída pelas nacionalidades indígenas originárias. Os camponeses são uma nação-classe. As nações indígenas subsistem em sua maioria assentadas no campo. Esse fato particular determina que a luta reivindicatória nacional está ligada à luta classista pela propriedade da terra. Afirmamos que não pode haver libertação alguma das nações indígenas se não se superar o atraso e as condições de vida das massas camponesas-indígenas. Concordamos com Carlos Mariategui quando assinala que o problema do índio é o problema da terra. De nada vale declarar constitucionalmente que a Bolívia é um Estado Plurinacional, se as massas camponesas-indígenas continuar estancada na miséria do minifúndio, discriminadas como nação originária e se respeita o latifúndio da oligarquia do oriente.
8. Declaramos que a tarefa fundamental de superar o atraso do país passa pela criação, mediante o trabalho potencializado pela máquina e pela ciência moderna, de riquezas que atendem às necessidades da grande maioria faminta. Tarefa que não pode ser encarada se não se rompe com os obstáculos, que nos marcos do capitalismo, da ordem social imperante, a impede:
 - O domínio dos interesses imperialistas sobre a economia do país (libertação nacional) que condenam a Bolívia à condição de simples produtora de matérias-primas para o mercado mundial
 - A grande propriedade privada burguesa dos meios de produção;
 - A pequena propriedade camponesa estancada no atraso;
 - A ausência da indústria pesada.

Cúpula social ou Inquérito?

A pressão das organizações internacionais, das empresas multinacionais e da conjuntura econômica interna sobre o governo é muito forte. O imperialismo condiciona o crédito e a possibilidade de novos investimentos para exploração e perfuração de novos campos, apoiando-se na urgência de nivelar os preços do petróleo no mercado internacional. Por outro lado, a queda na produção de líquidos e de sua importação com recursos da exportação do gás resulta numa redução dos lucros no setor de combustíveis. Isso compromete seriamente a demagógica política social que o governo tem implantado. Fala-se que a cada dia se torna mais insustentável o financiamento dos bônus “Juana Azurduy de Padilla”, “Juancito Pinto”, da “Renda Digna” e das obrigações normais, como pagar os salários aos funcionários do Estado.

A pressão desse conjunto de fatores faz com que o governo procure desesperadamente algum mecanismo que lhe permita envolver em uma aura de legitimidade o inevitável aumento dos preços do petróleo, evitando a fúria popular que pode terminar derrubando do poder Evo Morales e sua camarilha de impostores.

Inicialmente disse que apostará em uma “Cúpula Social” e, ultimamente, Garcia Linera (o vice-presidente) em EI Alto disse que uma pesquisa realizada pela IPSOS mostra que a maioria da população (50% X 40%, 10% não responderam) aceita a necessidade dos mini gasolinaços. São baboseiras que

9. A luta dos explorados pelo direito de ao menos comer e de manter as necessidades básicas passa necessariamente pela expulsão da classe dominante, em seu conjunto, do poder. Não se trata de mudar o governo burguês por outro, de tirar um neoliberal para substituir por um reformista pró-burguês, mas sim de expulsar do poder a classe dominante de conjunto para transformar a base estrutural econômica do país, instaurando a propriedade social sobre os meios de produção. O país necessita de uma verdadeira revolução social para instaurar um governo de operários, camponeses e classes empobrecidas das cidades. Para isso, os explorados devem se organizar independentemente da burguesia e de todas suas expressões políticas, incluindo o reformismo impostor massista, retomando a perspectiva da luta pelo socialismo, colocada pela classe operária, particularmente pelo proletariado mineiro. Se a perspectiva proletária socialista permanece ausente, uma e outra vez, teremos frustrada nossa luta, como em outubro de 2003. Rebeliões instintivas sem direção política estão condenadas ao fracasso, só favorecem o oportunismo reformista encarregado de derrotar a rebelião popular para proteger a ordem social burguesa, os interesses gerais dos opressores.

11. Fazemos um chamado a todos os setores trabalhistas, camponeses e populares a organizarem-se ferreamente a partir das bases, para impedir que a voracidade da fome e da miséria acabe destruindo a força de trabalho. É hora de organizar a luta de baixo, superando as limitações políticas das atuais direções nacionais, gravemente comprometidas com a política do oficialismo. A aliança operário-camponesa é a base para o triunfo da revolução; e nosso objetivo estratégico é o Governo Operário-Camponês.

(Extraído do Jornal Massas, nº 2197, 26/11/2010, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

os governantes, servidores das multinacionais, lançam para ver como a população reage, fato que revela um inegável terror da reação das massas que a cada dia que passa se torna mais explosiva contra qualquer possibilidade de voltar a executar as medidas econômicas destinadas a descarregar nas costas da população todo o peso da crise do capitalismo.

O custo da subvenção do petróleo no país é de cerca de 500 milhões de dólares por ano. No entanto, a Bolívia presenteia as multinacionais com os líquidos contidos no gás, que são exportados num total de 700 milhões de dólares ao ano. Apesar do IDH e da falsa nacionalização, os “sócios” multinacionais continuam a receber lucros extraordinários e pretendem continuar fazendo isso até liquidar as reservas do país.

É motivo para alarme nos círculos governamentais que as direções sindicais e as “organizações sociais” estão perdendo o controle de suas bases que, a cada dia, se chocam mais abertamente quando tentam justificar as ações do governo. Nessas condições, será que tem algum valor a manipulação da Organização de Cúpulas Sociais para justificar os mini gasolinaços? É mais provável que as massas famintas terminem varrendo com agentes do governo empoleirados nessas organizações. Por outro lado, as pesquisas que se manipulam, em princípio, perderam a credibilidade entre os explorados. Logo após o anúncio de Garcia Linera sobre os resultados da tal pesquisa, diversos setores vêm à imprensa desmentir o

governante.

Devido ao afastamento cada vez mais forte das massas do controle político do governo e da exacerbação da luta de classes (diferentemente do que acontecia no processo anterior onde a tendência era manter as manifestações isoladas umas das outras) agora elas tendem a unificarem e tornarem-se cada vez mais radicais e profundas. Este processo político faz com que o governo se encontre cada vez mais isolado e sem recursos para conter as massas.

Para preencher o vazio deixado pela burocracia sindical oficial, os explorados buscam uma direção que saia das bases e seja capaz de unificar a luta em torno de um programa de reivindicações imediatas que expresse as necessidades vitais dos diferentes setores. Mas esse programa deve estar ligado à perspectiva política que aponta o caminho por onde devem passar os explorados para conseguir resolver radicalmente

seus graves problemas atuais.

Ficar apenas nas reivindicações imediatas (programa mínimo), corre-se o risco de cair no reformismo. É necessário que desde agora se mostre a necessidade de superar este governo que tem mostrado com muitas evidências ser servo incondicional do imperialismo e da classe dominante nativa. Substituindo-o por um governo operário e camponês, baseado na propriedade social dos meios de produção.

As condições políticas estão dadas para se discutir no seio dos explorados o destino do governo do MAS e da necessidade de uma perspectiva revolucionária que não pode ser diferente da urgência da revolução social contra a crise do capitalismo e a opressão imperialista.

(Extraído do Jornal Masas boliviano nº 2204 de 04/02/2011)

Para quem Evo Morales governa?

Andrés

Autoridades do governo afirmam que o pilar de sua política econômica foi a “nacionalização dos hidrocarbonetos”, realizada em 01 de maio de 2006. Apesar da forma estrondosa como foi anunciada a medida de Evo Morales, os dados demonstram a estreiteza e demagogia com que O Estado vem atuando durante todo esse tempo e estão se tornando cada dia mais contundente. Primeiro, o Decreto Supremo 28701 de “nacionalização dos hidrocarbonetos” trouxe uma curiosa mudança conceitual ao que se entende por nacionalização, que passou a ser entendida como um aval (um absurdo do ponto de vista jurídico) do que já dizia a Constituição; que os recursos naturais pertencem ao Estado boliviano. Não representou a expropriação dos bens e dividendos, que curiosamente também figuravam na Constituição original.

Sempre que possível, o governo fala sobre a grande elevação das receitas do setor petrolífero. O que eles não dizem é que essas receitas não são resultado do D S 28701. Elas resultam, de um lado, do aumento no volume de gás exportado que subiram de 1 MCF (milhões de metros cúbicos por dia) em 1999, para 36 MCF em 2007 e, de outro lado, do aumento de preço, que subiu de 1,4 por MMBTU, para 4,5 por MMBTU.

Mas é no setor mineiro onde se manifesta mais claramente a política entreguista do governo. A única mina estatal foi resgatada pelos trabalhadores, que lutaram com dinamites na mão defendendo sua tradição e obrigaram o governo a “nacionalizar” uma mina que já era estatal, mas que estava sendo sucateada. No restante do setor mineiro, o Estado poderia ter aproveitado a fantástica situação de alta dos preços internacionais dos minérios para efetivar uma nacionalização geral, mas deu continuidade ao longo processo de mais de 20 anos do ciclo neoliberal, onde as receitas do Estado para o setor de mineração ficavam apenas em 6%. Assim, enquanto as multinacionais imperialistas e as cooperativas privadas ficam com 1 bilhão de dólares, para o Estado ingressou apenas 58 milhões.

Onde a política do MAS é mais vergonhosa e capituladora é na questão agrária. Foi durante a administração do “primeiro presidente indígena” que o inimigo histórico dos povos indígenas, o proprietário burguês agro-industrial, está ficando mais rico. Durante o “período de governos neoliberais”, como o MAS gosta de dizer, as culturas agro-industriais respondiam

por 79% da produção agrícola total, na gestão 2008/2009 responderam por 82%.

Em proporção inversa ao crescimento do agronegócio reacionário e racista, está o empobrecimento dos camponeses minifundiários, que representam a esmagadora maioria da base de apoio social do governo. Apesar das declarações de apoio à pequena produção camponesa, as unidades de produção camponesa do altiplano e dos vales caíram de 25% em 2005/2006 para 21, 6% em 2008/2009.

Em suma, a burguesia de Santa Cruz, que organicamente conspirou contra o governo Morales, não “foi derrotada”, como propaganda o governo, mas se fortaleceu materialmente consolidando sua hegemonia na produção, abarcando um total de 76,8% do total. Além disso, tendo em conta o papel cada vez mais importante em várias áreas, a produção de carne, leite, aves, alimentos e oferta de produtos agrícolas básicos, fundamentais para a economia nacional, precisamente estão em uma crise gritante. Não foi por acaso que, como medida complementar ao decreto do gasolínio, Evo Morales anunciou a compra de toda a soja a preços internacionais, sendo que a produção é quase exclusivamente destinada à exportação. Assim, enquanto dava um duro golpe no bolso dos mais pobres, Evo se colocava por enriquecer ainda mais os poderosos.

Esses são os resultados da política burguesa do MAS, devido a sua submissão à propriedade e às relações de produção capitalista. Somente os impostores da “esquerda”, tiram o pó de suas velhas teorias anunciando com alegria o governo do MAS como uma parte nada menos do que uma longa fase de transição para o socialismo. Isso quando Morales e García Linera os contradiziam publicamente, não apenas teoricamente, no melhor teste da verdade, a prática. O programa de Evo, que não tem nada de novo, nem nenhuma experiência histórica inédita, é o prato requentado do nacionalismo burguês, historicamente superado pelo desenvolvimento objetivo do capitalismo internacional e o desenvolvimento político do movimento operário-popular. Está orientado para a construção de um Estado burguês inclusivo do ponto de vista cultural, onde o Estado substituiria a burguesia nacional inexistente na Bolívia.

(Extraído do Jornal Masas boliviano nº 2204 de 04/02/2011)